

## 2 Da 'Vontade de saber' ao 'Uso dos prazeres'

E quanto à 'ampliação' do conceito de sexualidade, que a análise das crianças e dos chamados perversos tornou necessária, todos aqueles que desde seu ponto de vista superior olham desdenhosamente para a psicanálise deveriam lembrar-se de quanto essa sexualidade ampliada da psicanálise se aproxima do *Eros* do divino Platão<sup>1</sup>

### 2.1 Percurso metodológico

#### 2.1.1 Arqueologia e genealogia

Todo o trabalho de Foucault é atravessado pelo interesse na produção do que pode ser chamado de um *diagnóstico* da atualidade. A tarefa impôs, ao longo das pesquisas, diferentes métodos e questões metodológicas. Em um primeiro momento, nos anos sessenta, a investigação foucaultiana respondia pela noção de arqueologia. O projeto de uma arqueologia foi, a partir dos anos setenta, transformado em um projeto genealógico.

No período da arqueologia, Foucault propõe uma análise do *arquivo*. Na *Arqueologia do saber*, encontramos a descrição do que ele denomina arquivo e das indicações do uso do arquivo como instrumento metodológico:

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade: é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas. Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias

---

<sup>1</sup> FREUD, 1996 (1905*d*, 1920*e*), p. 127

transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos.<sup>2</sup>

Nos anos setenta, no projeto foucaultiano, há uma mudança epistemológica na direção de uma analítica genealógica. O trabalho passa a priorizar as relações de poder-saber, ao esmiuçar o peso do poder na formação dos saberes. Roberto Machado, em *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*<sup>3</sup>, apresenta uma breve análise de François Ewald sobre a genealogia, onde se mostra que os problemas colocados a partir das elaborações de *Vigiar e punir* precipitam as formulações genealógicas subseqüentes. Neste livro, a problematização parte da relação entre poder e corpo, situada num momento descrito como aquele da tomada do poder sobre os corpos.

O trato do material, a cada vez, obedece às necessidades impostas por suas características específicas, isto é, àquilo que seria próprio do momento em questão e dos problemas que então eram colocados. A diferenciação entre um método arqueológico, apresentado, por exemplo, em *As Palavras e as coisas*, pesquisa cujo corte incide sobre os discursos e arquivos presentes na irrupção das ciências humanas, e uma análise genealógica não pretende dissociar as duas tarefas. Longe disso, Ewald observa uma ligação entre os dois momentos na trajetória foucaultiana: “*Les mots et les choses* eram uma arqueologia das ciências humanas, *Surveiller et punir* retraça sua genealogia”<sup>4</sup>.

As análises genealógicas a partir de então vão considerar os mecanismos de poder como uma concepção positiva que abre espaço, no campo de pesquisa, para outros problemas que se estendem para além da concepção negativa de poder (poder como força repressora, violenta e coercitiva). Uma análise do poder como concepção positiva impõe uma maior complexidade à abordagem das questões referentes ao poder, ao mesmo tempo em que exige uma energética delimitação histórica e uma rigorosa demarcação dos objetos. A análise genealógica exige,

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, 2005, p.148, 149.

<sup>3</sup> MACHADO, 1988, p. 188.

<sup>4</sup> EWALD apud MACHADO, op. cit., p. 188.

desta forma, ser realizada através de um dinamismo que faz o pesquisador lançar-se desde o presente em direção ao material do passado.

A genealogia do poder conta com a noção de *dispositivo*, que aponta para os mecanismos de poder atuantes na construção dos saberes estabelecidos. A fase da pesquisa genealógica revelou que saber e poder são atrelados em suas bases, que uma relação de poder implica na constituição de um campo de saber e, simultaneamente, os saberes formatam novas relações de poder. Segundo Machado, a análise genealógica apresenta como ponto de partida uma implicação mútua entre saber e poder:

Cada vez mais se impõe a necessidade do poder se tornar competente: vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX todo agente do poder vai ser um agente da constituição de saber, devendo enviar, aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder.<sup>5</sup>

A revelação da relação entre saber e poder demonstra que a genealogia apreende o saber como materialidade, como prática, como acontecimento. A partir da análise genealógica, o lugar imparcial do saber transmuta-se em sua apropriação como peça de um dispositivo político. Para Machado “a questão da genealogia tem sido a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares”<sup>6</sup>.

O trabalho que toma o poder como prática e como parte de um dispositivo político implica a capacidade de olhar as coisas estando elas dispostas em dispersão, de tornar vivo o material localizado em outro momento histórico, recolhido através de referências estranhas para nós. Essa estranheza não deve ser entendida como o resultado de uma diferença essencial que os materiais distintos portariam, mas como indício de que as identidades foram construídas em sua história por elementos estranhos e diversos. Segundo Martins, a pesquisa genealógica:

---

<sup>5</sup> MACHADO, 1988, p. 199.

<sup>6</sup> Idem; p. 198.

(...) tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica. Ao fazê-lo a genealogia nos ensina que “atrás das coisas ‘há algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe são estranhas”<sup>7</sup>

### 2.1.2

#### Período da ética: necessidade do recuo para a Antiguidade

O período final do trabalho de Foucault é conhecido como período da ética. Então, um problema advindo do próprio material da pesquisa produziu um recuo da contemporaneidade para a antiguidade, trabalho realizado na transição da *História da sexualidade I, a vontade de saber*, para a *História da sexualidade II, o uso dos prazeres*.

Na pesquisa sobre o sujeito em sua relação com o sexo e o desejo fez-se necessário um recuo a um momento anterior ao da constituição do que Foucault terá chamado de ‘dispositivo da sexualidade’, noção que abordaremos adiante. Afigurou-se urgente localizar historicamente o momento em que começa a construir-se uma relação positiva entre comportamento sexual e sujeito. Após discorrer, em *A vontade de saber*, sobre alguns dispositivos de poder da sociedade moderna, dispositivos interligados e constituintes do dispositivo da sexualidade, Foucault verificou a necessidade de traçar uma hermenêutica do desejo para, enfim, circunscrever o momento onde o sujeito passa a se perceber como sujeito de desejo, momento em que o sujeito já porta uma sexualidade atrelada aos seus desejos. Observe-se o seguinte trecho de *O uso dos prazeres*:

[...] parecia difícil analisar a formação e o desenvolvimento da experiência da sexualidade a partir do século XVIII, sem fazer, a propósito do desejo e do sujeito desejante, um trabalho histórico e crítico. Sem empreender, portanto, uma “genealogia”. Com isso, não me refiro a fazer uma história das concepções sucessivas do desejo, da concupiscência ou da *libido*, mas analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído. Em suma, a idéia era a de pesquisar nessa genealogia, de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo. Em resumo, para compreender de que maneira o indivíduo

---

<sup>7</sup> MARTINS, 1998, p. 74.

moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma “sexualidade”, seria indispensável distinguir previamente a maneira pela qual, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito de desejo.<sup>8</sup>

O material da pesquisa recolhido da Antiguidade é constituído por textos descritivos de determinadas práticas. Práticas que serviam para proporcionar ao indivíduo condições de se tornar um sujeito moral. Na Grécia clássica e nos primeiros séculos de nossa era, período que se convencionou chamar greco-romano, é conhecida a idéia de um sujeito livre em sua atitude consigo mesmo, em busca de uma vida pessoal predominantemente ética. O homem grego da época clássica procurava dar uma forma de liberdade a sua vida pessoal que fosse reconhecida pelos outros. Segundo Foucault:

[...] na Antiguidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar à sua própria vida uma certa forma da qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo. Quanto a essa elaboração de sua própria vida como uma obra de arte pessoal, creio que, embora obedecesse a cânones coletivos, ela estava no centro da experiência moral, da vontade de moral na Antiguidade [...].<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> FOUCAULT, 2006, p.11.

<sup>9</sup> MOTTA, 2006, p.289-290

## 2.2

### Algumas considerações sobre a hipótese repressiva:

No capítulo que trata deste tema (*História da sexualidade I*) Foucault põe em xeque os fundamentos que sustentam a idéia bastante disseminada de que a modernidade foi marcada por uma época de repressão, que se originou junto com o capitalismo, na aurora das sociedades burguesas (século XVII). Seus efeitos seriam ainda presentes, e a tarefa de um humanismo contemporâneo diria respeito à mitigação dos efeitos dessa repressão e da liberação da sexualidade.<sup>10</sup>

A idéia de uma época de repressão assinala o fato de que no plano real o sexo teria sido posto sob tentativas de dominação, em primeiro lugar, através de sua redução ao nível da linguagem. Num primeiro momento, porém, o sexo teria sido controlado em sua livre circulação no discurso – teria sido banido das coisas ditas e teriam sido apagadas as palavras que o denominavam com mais sensibilidade do que o necessário. Foucault reconhece aí os fundamentos de uma hipótese repressiva:

Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo (o sexo) pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura.<sup>11</sup>

Para ele, essa hipótese deveria ser colocada em questão. Foucault constata que em torno do sexo ocorre uma verdadeira explosão discursiva. Para evidenciar esse ponto, elabora uma diferenciação relacionada ao trato do sexo no discurso. Primeiramente reconhece o delineamento de uma economia restritiva: uma interdição em torno do vocabulário do sexo na forma de uma depuração rigorosa, uma polícia dos enunciados e um controle das enunciações. Esse controle se configura do seguinte modo: são decretados os lugares e os momentos para falar do sexo, os locutores, os contextos sociais e os lugares e os momentos de tato e discrição ou de até mesmo silêncio absoluto. Como exemplo de discrição ou de silêncio, alguns lugares são conhecidos: a relação entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais. Neste aspecto pode ter ocorrido, a partir do séc. XVII,

---

<sup>10</sup> Neste sentido, Wilhelm Reich seria o grande porta-voz desse modo de pensar. Suas elaborações estariam alinhadas, portanto, às formações discursivas que sustentam os dispositivos de poder vigentes.

<sup>11</sup> FOUCAULT, 1999, p. 21.

em suas redistribuições sociais, uma redefinição que integrava uma política da língua e da palavra – de espontaneidade, por um lado, e de deliberação, por outro.

Ao mesmo tempo, observa-se uma proliferação dos discursos específicos sobre o sexo nos domínios autorizados. Os discursos específicos ampliam-se, espalham-se. Nesse sentido ele assinala:

Sobre o sexo, os discursos – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto – não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII. Não penso tanto, aqui, na multiplicação provável dos discursos “ilícitos”, discursos de infração que denominam o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores; o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contra-efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado.<sup>12</sup>

Foucault diferencia duas camadas no campo discursivo que geralmente aparecem ligadas para indicar o mesmo tema. A primeira camada discursiva seria efeito da interdição em torno dos discursos “ilícitos”. Aqui o cerceamento das regras de decência acabou por produzir, como contra-efeito, um crescimento dos discursos voltados para insultar os novos pudores. Na segunda camada, a de exercício do poder, dois efeitos são recortados: ocorre uma incitação institucional crescente de falar do sexo e uma incitação a ouvir o sexo falar dele mesmo pela forma da articulação e do detalhe.

Para esclarecer essa diferenciação anterior, Foucault faz um recorte histórico referente à evolução pastoral católica e do sacramento. Na Idade Média, especificamente até o Concílio de Trento, a confissão, para ser completa, prescrevia a enunciação do ato sexual em si – posição dos parceiros, as atitudes, os gestos e os toques no momento exato do prazer. Daí em diante, a discrição é recomendada com insistência. Mesmo com uma recomendação cada vez maior a favor da discrição e da reserva, a restrição da confissão à confissão da carne vai tomando espaço nos países católicos por ação da contra-reforma. Neste processo, os pecados da carne ganham mais importância que os outros pecados. Nasceram em maior número as regras meticulosas de exame de si mesmo visando encontrar no interior de si mesmo as pistas dos pensamentos, desejos, imaginações

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 22.

voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo. Com isso, a nova pastoral instala uma associação do sexo com a prudência:

(...) seus aspectos, suas correlações e seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito.<sup>13</sup>

Assim um deslocamento é produzido: a atenção do ato em si volta-se para a inquietação do desejo. A percepção e a formulação subsequente do desejo são tarefas que exigem bastante esforço pois o desejo é relacionado intimamente a um mal que atinge todos os homens nas suas mais secretas formas. Este processo instala um discurso obediente e atento que tenha capacidade de seguir segundo todos os seus desvios a linha de junção do corpo e da alma:

(...) ele revela, sob a superfície dos pecados, a nervura ininterrupta da carne. Sob a capa de uma linguagem que se tem o cuidado de depurar de modo a não mencioná-lo diretamente, o sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir nem obscuridade nem sossego.<sup>14</sup>

Este discurso encerra o sexo em uma armadura na qual ele se torna objeto de descrição ininterrupta. Foucault enfatiza não se tratar aqui da descrição de infrações às leis do sexo como antes exigia a penitência tradicional. O objetivo desse projeto de “colocação do sexo em discurso” vem de muito tempo atrás, de uma tradição ascética e monástica. Nestas tradições já se encontrava uma prática de descrição relacionada ao sexo. Porém, a partir do século XVII isto torna-se regra para todos. Mas vale destacar um ponto importante: a massa dos fiéis tinha acesso à prática da confissão apenas raras vezes no ano, sobrando para uma elite mínima uma frequência mais assídua ao confessionário. Isso não invalida o projeto da pastoral de colocação do sexo em discurso. Essa obrigação é fixada como ideal a ser alcançado por todo bom cristão. Além da confissão dos atos ilícitos, deve-se seguir “sob a superfície dos pecados, a nervura ininterrupta da carne”<sup>15</sup>:

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 23.

<sup>14</sup> Ibid., p. 23-24.

<sup>15</sup> Ibid., p. 23.

Examinai, portanto diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos,... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento... Enfim, não creiais que nessa matéria tão melindrosa e tão perigosa, exista qualquer coisa de pequeno e de leve <sup>16</sup>.

Essa análise referente à evolução pastoral católica e ao sacramento circunscreve a instauração do dispositivo da sexualidade – o imperativo de além de confessar os atos contrários à lei (como exigia a penitência tradicional), fazer do desejo um discurso. Isto é, instala-se o dever de fazer passar qualquer fato relacionado ao sexo pelo crivo interminável da palavra:

A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil <sup>17</sup>.

Aqui se faz notar o uso dos dispositivos da interdição – uso moral – a favor de outro uso tecnicamente útil, o de uma sujeição ampla e aceita sem grande discussão pelo fato de validar-se em nome da moral. Agora o sujeito passa a ter de responder à exigência do projeto de colocar em discurso tudo que se refere ao sexo.

Esse interesse e projeto lançado pela pastoral cristã não permanece no campo da espiritualidade cristã ou da economia dos prazeres individuais. Um “interesse público” apóia e relança sobre tal projeto outros mecanismos de poder. Não se trata apenas de uma curiosidade coletiva em relação às novas práticas discursivas, nem de uma nova mentalidade. Os novos mecanismos de poder para funcionar precisavam desta forma de discurso sobre o sexo, englobando as novas estratégias da pastoral em vigor. Para além do destino da espiritualidade cristã, este discurso serve como base para novas e essenciais modificações produzidas pelos mecanismos de poder. Para efeito da presente dissertação, tais modificações não serão detalhadas.

Para nos situarmos historicamente, lembremos que no século XVIII se coloca como problema econômico e político o surgimento da “população” e seus

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 23.

<sup>17</sup> Ibid., p. 24.

fenômenos específicos – natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, doenças, alimentação e moradia. O sexo relaciona-se a esses fenômenos de forma central. Desse modo, fizeram-se necessárias medidas analíticas das taxas de natalidade, da idade do casamento, dos nascimentos legítimos e ilegítimos, da precocidade e frequência das relações sexuais e dos efeitos do celibato e interdições. Questões de Estado ligadas ao futuro e às riquezas. Observações sobre o sexo constituem o processo de circunscrição dos fenômenos populacionais na forma de uma análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Foucault aponta alguns efeitos da aproximação do campo biológico e do econômico:

Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e os usos que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.<sup>18</sup>

Este contexto faz surgir uma incitação política, econômica, técnica a falar do sexo na forma de análise, de contabilidade, classificação e especificação, e não a partir de uma teoria da sexualidade. Na forma de pesquisas quantitativas ou causais, o sexo passa a ser racionalmente circunscrito. Essa forma não diz respeito a uma moral e sim a uma forma de abordagem racional. Isto é, a partir desse momento, a razão vai falar do sexo por uma necessidade de administração da população. Impõe-se a necessidade de superar a vergonha e os pudores morais arraigados nos discursos sobre o sexo resultantes do mecanismo de julgamento instalados até então. A partir daí, instaura-se uma exigência de falar do sexo publicamente de modo a ultrapassar os limites do que é considerado lícito ou ilícito. O sexo é transferido ao poder público e começa a exigir procedimentos de gestão. Os discursos analíticos o assumem e assim encontramos o sexo no século XVIII no âmbito do poder público como questão de polícia. Não no sentido de repressão de desordem mas, mais do que isso, como agenciamento das forças coletivas e individuais. Regulagem através de discursos úteis e públicos. Mais

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 29.

uma vez, ressalta-se aqui um teor para além da interdição. Foucault, por meio de um registro de 1769, exemplifica esse uso voltado para a utilidade:

Fortalecer e aumentar, pela sabedoria dos seus regulamentos, a potência interior do Estado e, como essa potência consiste não somente na República em geral, e em cada um dos membros que a compõe, mas ainda nas faculdades e talentos de todos aqueles que lhe pertencem, segue-se que a polícia deve ocupar-se inteiramente desses meios e fazê-los servir a felicidade pública. Ora, ela só pode atingir esse objetivo através do conhecimento que possui dessas diferentes vantagens.<sup>19</sup>

Foucault afirma que sua análise não pretende exatamente dar conta dos objetivos finais observados por essa colocação do sexo em discurso e de sua administração. Mas acrescenta a importância em observar alguns de seus efeitos como, por exemplo, o que denomina implantação perversa: uma multiplicação das condenações judiciais das perversões menores, uma incorporação de irregularidades sexuais à doença mental, uma implantação da norma do desenvolvimento sexual e uma caracterização minuciosa dos desvios. Além disso, consolida-se um processo de controle pedagógico e tratamento médico voltado para as mínimas fantasias e o aparecimento via os moralistas e médicos de um vocabulário enfático da abominação. Para Foucault, não importa saber se essa atenção loquaz em torno da sexualidade situada nos dois ou três últimos séculos estaria focada na promoção de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora a partir de uma preocupação em garantir o controle do povoamento, em reproduzir a força de trabalho ou em reproduzir a forma das relações sociais. Importante aqui é perceber no século XIX uma idade de multiplicação:

O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais.<sup>20</sup>

### 2.3 O ‘dispositivo de sexualidade’

---

<sup>19</sup> Ibid., p. 28 .

<sup>20</sup> Ibid., p. 38.

Ainda em *A vontade de saber*, Foucault analisa o que ele designa de *scientia sexualis*, uma ciência do sexo. Monteiro observa que:

A partir dos séculos XVI e XVII vemos na sociedade ocidental uma multiplicação de discursos sobre o sexo que, ao esquadrihá-lo, defini-lo, acabaram por ocultá-lo, segundo o autor. Isso vai contra o senso comum que prega que, até o século XIX, o sexo era reprimido, ocultado, negado. Foucault diz claramente que existiu um projeto de iluminação de todos os aspectos do sexo, do seu esquadrihamento. Cria-se neste momento um aparelho que, ao multiplicar os discursos sobre o sexo, visa produzir verdades sobre ele. No século XIX, momento crítico, esse projeto alia-se a um projeto científico, fatalmente comprometido com o evolucionismo e com os racismos oficiais. O discurso médico, sob uma aura de neutralidade científica, produz crescentemente verdades sobre o sexo, mas que estava ligado a uma moral da assepsia e da conexão entre o "patológico" e o "pecaminoso". A medicina do sexo se associa fortemente à biologia (evolucionista) da reprodução. Essa associação do discurso sobre o sexo com o discurso científico deu a ele maior legitimidade.

<sup>21</sup>

Para circunscrever brevemente a produção de discursos sobre o sexo, Foucault ensina que é necessário localizar *historicamente* quando o sexo passa a servir socialmente a grandes estratégias de poder e saber. Isto é, é importante para a análise da sexualidade situar o momento de emergência do termo e sua sustentação como dispositivo histórico:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. Pode-se admitir, sem dúvida, que as relações de sexo tenham dado lugar, em toda a sociedade, a um *dispositivo de aliança*: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens. Este dispositivo de aliança, com os mecanismos de constrição que o garantem, com o saber muitas vezes complexo que requer, perdeu importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente.<sup>22</sup>

O dispositivo da sexualidade surge a partir da sobreposição ao dispositivo da aliança. Ambos os dispositivos são criados e prestam serviço à organização social, de acordo com o momento histórico específico. O dispositivo da aliança,

<sup>21</sup> MONTEIRO, 2009.

<sup>22</sup> FOUCAULT, 1999, p.100-101.

operante no Estado moderno contratualista, cede lugar ao dispositivo da sexualidade. Hack esclarece em que contexto se configurava o dispositivo da aliança:

A hegemonia aristocrática far-se-ia presente e predominante diante de laços consangüíneos que se estenderiam indefinidamente pelo futuro, marcados fundamentalmente, pela aquisição de bens e pelo acúmulo proporcionado pela herança. A lei civil, o direito canônico, e a pastoral cristã balizaram a configuração do poder no período clássico. O enunciado da lei regia as relações de poder no período clássico, sendo que até mesmo o poder estatal, manifestava-se, predominantemente, até o século XVIII, através do direito. O qual se configurava enquanto forma operacional do Estado moderno contratualista. Assim, a representação jurídica, mediante a proibição, a limitação e a repressão colocava-se enquanto forma da manifestação do poder no período clássico.<sup>23</sup>

A partir do século XVIII o dispositivo de aliança perde espaço para o *dispositivo de sexualidade*. Com esse dispositivo, uma nova estratégia é acionada, que considera as mais diversas e sutis articulações do corpo de modo particular. No dispositivo de aliança, é o corpo social o principal foco de atenção e é o âmbito jurídico que determina os discursos verdadeiros. O foco estava voltado para o corpo social na forma de sistemas de regras que diferenciavam o permitido e o proibido, o lícito e o ilícito. O saber científico mantinha sua atuação apenas nas áreas da biologia e da medicina do sexo mantendo-se nesses limites do saber. Foucault delineia o dispositivo da aliança como ordenado para manter uma homeostase do corpo social. Para tal, esse dispositivo possui uma forte ligação com o direito e tem como finalidade principal, e é até aí que ele pode alcançar, a tarefa da “reprodução”<sup>24</sup>.

No dispositivo da sexualidade, os discursos sobre o sexo passam a caracterizar-se a partir de uma associação à ciência médica e acabam adquirindo progressivamente maior legitimidade. No dispositivo da sexualidade, ocorre uma mudança na forma de domínio que leva a uma extensão incessante das formas de controle, associando-se poder e saber. Exerce-se um domínio misto, ao contrário do dispositivo de aliança que mantém bem demarcadas as fronteiras de poder e saber.

O dispositivo da sexualidade superpõe-se ao dispositivo da aliança utilizando-se dos sistemas de regras formulados por esse último, principalmente

<sup>23</sup> HACK, 2007, p.108.

<sup>24</sup> “Reprodução”, aqui, em dois sentidos: no controle das populações e na reprodução da estrutura social.

em relação à definição do *status* dos parceiros sexuais. Essa definição de *status* e a manutenção e controle pela lei mantém um eficaz funcionamento do dispositivo da aliança. Posteriormente, devido a mudanças políticas e reestruturações econômicas, o dispositivo da sexualidade exerce o domínio das forças sociais e passa a atuar de modo mais tênue, quase imperceptível em sua forma. Essa atuação se exerce nos corpos dos indivíduos especificamente nas sensações corporais, na qualidade dos prazeres, na natureza das impressões. Entre os dois dispositivos nota-se uma diferença crucial: o da aliança age sobre o corpo social mantendo-lhe regido pelas leis que marcam o *status* de cada um em sua relação com a sexualidade (“sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”<sup>25</sup>). O da sexualidade, por sua vez, por cima desses lugares pré-estabelecidos pelo dispositivo anterior, age mais detalhadamente nas sensações relacionadas à sexualidade de cada um.

Em termos de finalidade, o dispositivo da sexualidade não se limita à tarefa da reprodução. Seu efeito se dá no detalhe e na expansão (expansão porque não está mais restrito ao domínio do âmbito jurídico, o poder exercido pelo dispositivo da sexualidade se dá de forma híbrida e atrelada ao corpo do indivíduo em suas sensações). A partir dessa estratégia, pretende difundir-se de modo global:

O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.<sup>26</sup>

#### **2.4. Algumas considerações sobre as modificações do projeto de uma história da sexualidade**

Para empreender uma pesquisa sobre a sexualidade, no sentido em que o termo se apresenta na contemporaneidade, Foucault necessitou empreender um deslocamento do tema e dos balizamentos cronológicos. Os primeiros levantamentos sobre o termo indicam que trata-se de um termo recente, surgido no século XIX. O termo denota um remanejamento de vocabulário e não equivale

<sup>25</sup> FOUCAULT, 1999, p. 100.

<sup>26</sup> Ibid., p. 101.

a uma brusca emergência do que se refere. O uso do termo relaciona-se ao uso de outros termos advindos de fenômenos próprios às sociedades ocidentais modernas. Trata-se do desenvolvimento de campos de saber – referentes ao desenvolvimento do campo da biologia da reprodução e do campo relativo às mudanças atribuídas aos indivíduos e aos comportamentos, trata-se do estabelecimento do conjunto de regras e normas que misturam as tradicionais às novas, sustentadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Trata-se também das mudanças nos modos pelos quais os indivíduos passam a atribuir sentido e valor “à sua conduta, seus deveres, prazeres sensações e sonhos”.<sup>27</sup>

Foucault, atento a esses fenômenos, pretendeu empreender uma análise da experiência da sexualidade, lembrando que, para ele, experiência é entendida como a correlação entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Não se trata, portanto, de uma história contínua, que pretende dar conta, tecer um fio evolutivo das condutas e das práticas sexuais.

Essa análise da sexualidade como experiência inter-relacionada entre diversos campos opõe-se a uma visada habitual que toma a sexualidade como uma invariante que se manifesta de acordo com cada momento histórico específico. Neste modo de análise, a sexualidade é considerada um mesmo objeto que tomaria formas diversas de acordo com os efeitos exercidos pelos diferentes modos de repressão. Essa articulação de sexualidade e repressão como dois objetos presentes no campo histórico acaba por colocar fora desse campo o desejo e o sujeito do desejo. Isto é, acaba por deixar na conta de uma forma geral de interdição o que a sexualidade carrega de histórico. O que significa que forçar uma aproximação entre sexualidade e uma forma geral de interdição seria contar uma história da sexualidade em cima de um terreno histórico construído a partir de uma hipótese repressiva, para Foucault, uma hipótese insustentável.

Foucault afirma que observar esse uso da sexualidade – objeto invariante rastreado na história a partir de épocas distintas – e abrir uma possibilidade crítica a esse esquema de pensamento, é apenas um dos aspectos da tarefa de falar da “sexualidade” como experiência historicamente singular. Para essa última análise, seria necessário criar instrumentos capazes de analisar os elementos que

---

<sup>27</sup> FOUCAULT, 2006, p. 9.

sustentam o aparecimento do termo sexualidade e os seus usos: os saberes sobre a sexualidade, os sistemas de poder que a regulam e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade.

No que diz respeito aos saberes atrelados à emergência do termo sexualidade, o trabalho arqueológico anteriormente desenvolvido abre caminho para uma análise da formação dos saberes sobre a sexualidade que esteja livre da tarefa de distinguir entre ciência e ideologia. O mesmo pode ser dito no que se refere aos sistemas de poder reguladores da sexualidade. Isto é, o trabalho realizado anteriormente sobre as relações de poder e suas tecnologias abre espaço para uma análise dos sistemas de poder reguladores da sexualidade sem olhar para o poder como uma questão autônoma, como um “ente”<sup>28</sup> que se anunciaria como poder de dominação ou seria denunciado como simulacro. Essas indicações do trabalho empreendido nas etapas anteriores – arqueologia e genealogia – fazem observar que nesses pontos específicos alguns desvios puderam ser evitados.

No entanto, um problema se instala nesta etapa do percurso: como empreender o estudo dos modos pelos quais os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos sexuais? Para delinear uma possível resposta, Foucault destaca que a noção de desejo ou de sujeito desejante – tema teórico bastante presente na teoria clássica da sexualidade com apenas algumas diferenciações – não apresenta consistência. Parecia-lhe que as teorias que procuraram marcar diferença e oposição ao tema de desejo e sujeito desejante eram herança, no século XIX e XX, de uma longa tradição cristã. Uma diferenciação histórica pode ser traçada entre a experiência da sexualidade e a experiência cristã da “carne”. Ambas são dominadas pelo princípio do homem de desejo. Por isso, Foucault percebeu a necessidade de realizar um trabalho histórico e crítico sobre a noção de desejo e sujeito desejante. Ou seja, foi preciso empreender uma genealogia sobre esse objeto.

Uma análise genealógica não parte da concepção tradicional de história. Foucault partia do princípio de que não seriam analisadas as concepções sucessivas do desejo, da concupiscência ou da “libido”, era preciso recolher material referente às:

---

<sup>28</sup> Aqui podemos pensar na crítica de Foucault à fenomenologia.

práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma relação que lhes permite descobrir no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído.<sup>29</sup>

Segundo Foucault, a análise das práticas que levaram o indivíduo a se ver como objeto decifrável formava as bases de uma pesquisa histórica capaz de problematizar as teorias clássicas da sexualidade. Este indivíduo se percebe como objeto decifrável, como objeto portador de desejo em que o si mesmo pode indicar uma forma de verdade, na forma de saberes vindos da ciência ou da religião. Para tanto, a necessidade de mais um deslocamento se apresentou. Lembremos agora dos dois deslocamentos de sua trajetória. Um localiza-se no momento de problematização do que era denominado progresso dos conhecimentos que conduziu Foucault ao questionamento sobre as práticas discursivas que articulavam o saber. O segundo, conforme ele cita, o levou à análise do que era geralmente considerado como manifestações do “poder”. Esse deslocamento o levou a questionar primeiramente as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. A necessidade do terceiro deslocamento se apresenta nesse momento da trajetória foucaultiana de estudo da história da sexualidade. Esse deslocamento tinha por fim investigar o que se conhece como “sujeito”. A pesquisa segue em direção às formas e modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. Isto é, coloca-se a necessidade de analisar os jogos de verdade na relação de si para consigo e a constituição de si mesmo como sujeito. Foucault diz que:

Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como o “sujeito”; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. Após o estudo dos jogos de verdade considerados entre si – a partir do exemplo de um certo número de ciências empíricas nos séculos XVII e XVIII – e posteriormente ao estudo dos jogos de verdade em referência às relações de poder, a partir das práticas punitivas, outro trabalho parecia se impor: estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, tomando como espaço de referência e campo de investigação aquilo que poderia chamar-se “história do homem de desejo”<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 11.

<sup>30</sup> Ibid., p. 11.

Quando Foucault diz que vai empreender um estudo de história, ele enfatiza que não vai resumir ou sintetizar o trabalho feito por outros, e que embora trate de “história”, não é um trabalho de historiador. O seu trabalho tem o formato do que ele chama de “protocolo”, ou seja, o registro de um exercício longo e atravessado por hesitações, precisando freqüentemente ser retomado e corrigido. O trabalho do termo sexualidade e o contato com o material histórico que fundamenta essa relação entre sexualidade e hipótese repressiva – teoria clássica da sexualidade (*História da sexualidade I*) – problematiza o termo, ao analisar os jogos de verdade que sustentam, por exemplo, a relação entre dois objetos: sexualidade e repressão. Ele foi construindo o texto fazendo uso dos impasses que lhe atravessaram até chegar à problematização moral dos prazeres na antiguidade e assim debruçar-se sobre esse tema. A atitude crítica de Foucault pressupõe o embate, o confronto com o material recortado. Isto é, ele não parte de uma idéia e desenvolve um texto que seria a associação de diversas representações estabelecidas como verdades. Nota-se a elaboração de uma opção à metafísica, ou à história contínua e suas verdades. Para Foucault, o estudo empreendido deste modo é o que pode ser considerado um exercício filosófico:

[...] eles são [os estudos] – se quisermos encará-los do ponto de vista de sua “pragmática” – o protocolo de um exercício que foi longo, hesitante, e que freqüentemente precisou se retomar e se corrigir. Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente. Teria eu razão de correr esses riscos? Não cabe a mim dizê-lo. Sei apenas que, deslocando assim o tema e os balizamentos cronológicos de meu estudo, encontrei algum proveito teórico; foi-me possível proceder a duas generalizações que me permitiram, ao mesmo tempo, situá-lo num horizonte mais amplo e precisar melhor seu método e seu objeto.<sup>31</sup>

O recuo da época moderna, via cristianismo, até a antiguidade produz um questionamento em torno da atenção moral atribuída às atividades e aos prazeres vinculados ao comportamento sexual. O comportamento sexual, em determinados momentos históricos e em algumas sociedades, recebeu maior atenção do que outros campos do comportamento também essenciais para a vida individual ou coletiva, como por exemplo, as condutas alimentares e os deveres cívicos. Ao se perguntar sobre a ênfase moral conferida ao comportamento sexual, Foucault

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 14.

apresenta uma crítica à resposta que geralmente se oferece como evidente – que o campo sexual deve ser observado com rigor já que o comportamento sexual e os prazeres e atividades a ele relacionados constituem objeto de interdições fundamentais cuja transgressão é considerada falta grave:

Mas isso seria dar como solução a própria questão; e, sobretudo, implicaria desconhecer que o cuidado ético a respeito da conduta sexual não está sempre, em sua intensidade ou em suas formas, em relação direta com o sistema de interdições; ocorre frequentemente que a preocupação moral seja forte, lá onde precisamente não há obrigação nem proibição. Em suma, a interdição é uma coisa, a problematização moral é outra. Portanto, pareceu-me que a questão que deveria servir de fio condutor era a seguinte: de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa “problematização”? E, afinal, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações: definir as condições nas quais o ser humano “problematiza” o que ele é, e o mundo no qual ele vive.<sup>32</sup>

Aqui se entende que interdição e um determinado tipo de preocupação não têm ligação intrínseca: aparecem muitas vezes próximas, mas devem ser diferenciadas. A partir dessa diferenciação, um questionamento mais amplo se impõe: como a atividade sexual foi se constituindo enquanto campo ético. O delineamento desse campo conduziu a uma investigação sobre a insistência do cuidado ético a ele atribuído e ao fato de serem encontradas diferenças nas formas e na intensidade desse cuidado. Essa investigação, contextualizada na cultura grega e greco-latina, levou Foucault a uma aproximação do conjunto de práticas que para ele tiveram uma importância significativa nas sociedades ocidentais. As “artes da existência” eram práticas refletidas que os homens usavam em sua conduta para se transformar, se modificar em seu ser singular e obter em suas vidas certos valores estéticos relacionados a certos critérios de estilo.

Essas “técnicas de existência” não correspondiam a sistemas de regras fixas que deveriam ser seguidos em vista de um bom comportamento. No decorrer da história, essas técnicas singulares – “técnicas de si” – perderam força e autonomia ao serem incorporadas, com o cristianismo, ao exercício do poder pastoral e, posteriormente, às práticas de controle pedagógicas, médicas e psicológicas.

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 14.

A proposta de uma história da verdade é feita aqui em torno de fragmentos sucessivos e diferentes – descontinuidades históricas, que dizem respeito às “*problematizações* através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as *práticas* a partir das quais essas problematizações se formam”<sup>33</sup>.

O fio condutor da pesquisa se forma em torno das práticas dos indivíduos, para localizar os pontos que apresentam:

(...) de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo.<sup>34</sup>

Isto é, para questionar a aparente evidência de que existe um sujeito portador de sexualidade que corresponde ao indivíduo moderno, era imprescindível discernir as maneiras pelas quais o homem ocidental aprendeu, no decorrer dos séculos, a se reconhecer como sujeito de desejo.

Assim, trata-se neste trabalho de descrever em linhas gerais os traços gregos de formação da subjetividade assinalados por Foucault em *História da Sexualidade II*, acompanhando a divisão mesma presente no livro. Em um primeiro momento, será descrito o esboço preliminar do capítulo I, “Problematização moral dos prazeres”, que servirá como fio condutor das quatro análises mais detalhadas nos capítulos subsequentes sobre a “Dietética”, a “Econômica”, a “Erótica” e “o Verdadeiro Amor”.

---

<sup>33</sup> Ibid., p.15.

<sup>34</sup> Ibid., p.11.